



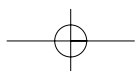
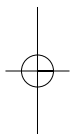
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
Coordenadoria de Controle Externo  
Gerência de Avaliação de Programas e Órgãos Públicos

**Resumo de Auditoria - 08**

**Avaliação da Ação Universalização e Qualificação  
do Ensino Fundamental – 1º e 2º ciclos**  
(Prefeitura da Cidade do Recife)

Conselheiro-Relator  
Romário Dias

Pernambuco/ Recife, 2008



## **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**

### **Conselheiros**

Carlos Porto de Barros  
Fernando José de Melo Correia  
Romário de Castro Dias Pereira  
Maria Teresa Caminha Duere  
Marcos Coelho Loreto  
Severino Otávio Raposo Monteiro  
Valdecir Fernandes Pascoal

### **Auditores**

Adriano Cisneiros da Silva  
Alda Magalhães de Carvalho  
Carlos Barbosa Pimentel  
Carlos Maurício Cabral Figueiredo  
Luis Arcoverde Cavalcanti Filho  
Marcos Antônio Rios da Nóbrega  
Marcos Flávio Tenório de Almeida  
Ricardo José Rios Pereira  
Ruy Ricardo Weyer Harten Júnior

## **RESPONSABILIDADE EDITORIAL**

### **Coordenadoria de Controle Externo**

Maria Luciene Cartaxo Fernandes Bezerra

### **Gerência de Avaliação de Programas e Órgãos Públicos**

Lídia Maria Lopes Pereira da Silva

## **EQUIPE DE AUDITORIA**

Emerson Souza de Carvalho

Juliana Montenegro de Oliveira Matos

Noemi Caldas Bahia Falcão (coordenadora)

## **ELABORAÇÃO DO RESUMO**

Noemi Caldas Bahia Falcão

---

## **ENDEREÇO PARA CONTATO**

### **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

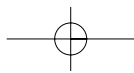
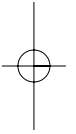
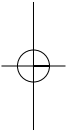
Gerência de Avaliação de Programas e Órgãos Públicos

Rua da Aurora n° 885 – Boa Vista – Recife – PE – Brasil – CEP: 50050-910

Fone: 81 – 3181-7872 / 7757 / 7600 / 7903 / 7904

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	07
<b>A Ação Universalização e Qualificação do Ensino fundamental –</b>	
<b>1º e 2º Ciclos</b> .....	09
O que foi avaliado pelo TCE-PE .....	12
Porque foi avaliado .....	12
Como se desenvolveu o trabalho .....	13
Recursos despendidos com a Ação .....	13
<b>O que o TCE-PE encontrou</b> .....	14
Monitoramento da gestão escolar durante o mandato do diretor ...	14
Avaliação e acompanhamento dos Projetos Políticos Pedagógicos por parte da Secretaria de Educação do Recife .....	14
Avaliação dos alunos por parte dos professores .....	15
Retenção dos alunos .....	16
Formação continuada para todos os professores da rede .....	17
Mecanismos de controle da Secretaria de Educação do Recife para monitorar as formações continuadas nas escolas .....	17
O Projeto MAIS como espaço complementar de aprendizagem ...	18
Apoio pedagógico aos professores .....	20
<b>O que pode ser feito para melhorar o desempenho da Ação</b> .....	21
<b>Benefícios da implementação das recomendações do TCE-PE</b> .....	23
<b>Decisão T. C. n° 0084/09</b> .....	24



## Apresentação

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco vem realizando, desde 2001, auditorias operacionais com o objetivo de contribuir com o desempenho da administração pública. O olhar sobre insumos, processos e produtos, se alinha às previsões constitucionais do Princípio da Eficiência e da avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual.

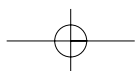
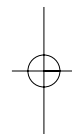
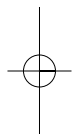
As auditorias operacionais verificam se as ações estão sendo realizadas de forma eficiente para alcançar seus objetivos, elaboram recomendações para a correção de fragilidades e aperfeiçoamento da gestão, e incluem a participação dos gestores, beneficiários, especialistas e representantes da sociedade civil relacionados ao tema auditado.

Periodicamente ocorrem monitoramentos que acompanham o atendimento das recomendações e a ocorrência de mudanças na implementação dos programas públicos, com a finalidade de gerar benefícios para a sociedade.

Outro aspecto do trabalho é a contribuição para o fortalecimento do controle social pela divulgação dos resultados dos trabalhos através dos resumos das auditorias operacionais, a exemplo deste, para órgãos governamentais, parlamentares, sociedade civil e público em geral.

Esta publicação apresenta as principais informações sobre a auditoria operacional realizada pelo Tribunal na Secretaria de Educação da Prefeitura da Cidade do Recife na ação Universalização e Qualificação do Ensino Fundamental – 1º e 2º ciclos.

**Severino Otávio Raposo Monteiro**  
**Conselheiro Presidente**





## A Ação Universalização e Qualificação do Ensino Fundamental – 1º e 2º ciclos

A Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – SEEL é responsável pela educação dos alunos do município de Recife e pelo padrão de ensino oferecido. A ela compete ofertar educação infantil em creches, pré-escolas e no ensino fundamental, entre outras ações.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, a Educação Básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O objetivo da Educação Básica é assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, sendo essas duas etapas extremamente importantes para o desenvolvimento integral do ser humano.

Para promover a educação a Secretaria de Educação dispõe de diversos programas e ações desenvolvidos pela Rede Municipal de Ensino do Recife. Dentro das ações do Programa “Organização Eficaz do Ensino e da Aprendizagem” foi definida para a realização desta auditoria a ação Universalização e Qualificação do Ensino Fundamental por ser a ação mais relevante, por proporcionar a melhoria do ensino fundamental e, conseqüentemente representar o ponto básico para alavancar um aprendizado fortalecido, capaz de solidificar os conteúdos básicos necessários para o aluno percorrer seu caminho até o ensino médio de forma estruturada e com o interesse necessário para desempenhar tal tarefa.

A ação Universalização e Qualificação do Ensino Fundamental atende aos alunos dos 1º, 2º, 3º e 4º ciclos do ensino fundamental. Esses alunos são crianças de 6 a 14 anos de idade, distribuídos da seguinte maneira:

Idade dos alunos	Ciclo a cursar	Série correspondente na antiga nomenclatura
6 a 8 anos	1º ciclo - 1º, 2º e 3º ano	antiga alfabetização, 1ª e 2ª séries
9 e 10 anos	2º ciclo – 1º e 2º ano	antiga 3ª e 4ª séries
11 e 12 anos	3º ciclo – 1º e 2º ano	antiga 5ª e 6ª séries
13 e 14 anos	4º ciclo – 1º e 2º ano	antiga 7ª e 8ª séries

Este trabalho faz um recorte na citada ação e se aterá aos alunos dos dois ciclos iniciais, que atendem crianças em idade de 6(seis) a 10(dez) anos e que têm como meta a alfabetização destes beneficiários.

A SEEL, no ano de 2006, atendeu 67.926 alunos matriculados no 1º e 2º ciclo do ensino fundamental, que corresponde à antiga alfabetização, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série. Estes alunos estão distribuídos em 208 escolas no Recife.

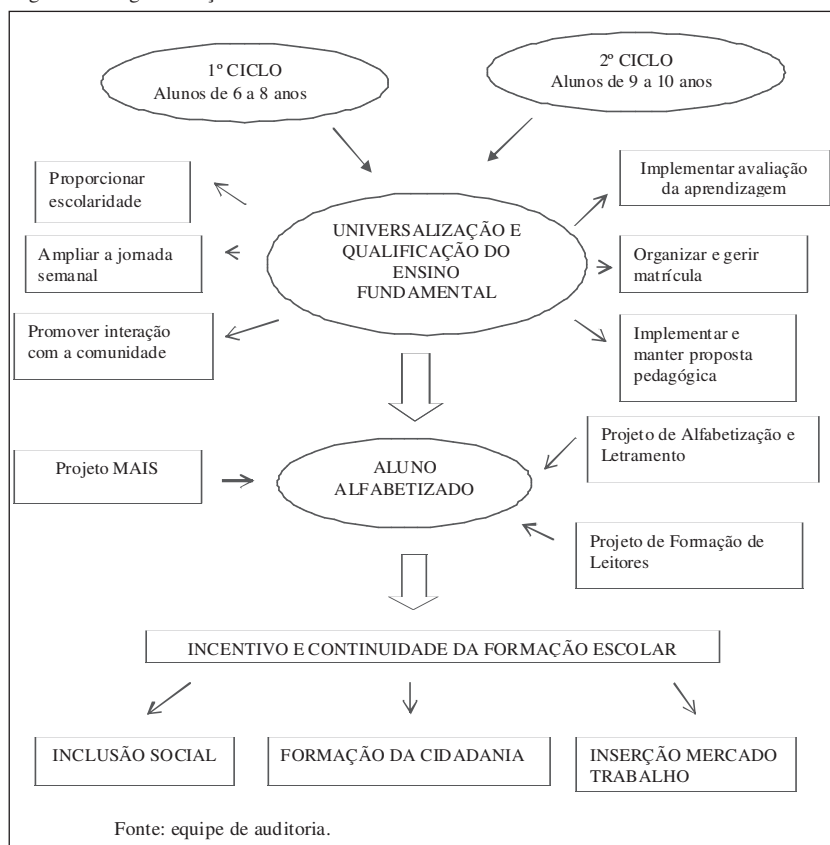
A ação se propõe a universalizar e qualificar o ensino fundamental para esses alunos proporcionando escolaridade, ampliação da jornada semanal, implementação da avaliação da aprendizagem, organização e gerenciamento da matrícula e implementação e manutenção da proposta pedagógica, entre outras propostas. Para que o aluno seja alfabetizado ainda são proporcionadas ações complementares como o Projeto Movimento de Aprendizagens Interativas – MAIS, o Projeto de Alfabetização e Letramento e ainda o de Formação de Leitores, entre outros.

Algumas das ações se destacam e foram objeto de comentários, como é o caso da implementação da avaliação da aprendizagem. Iniciada sua implantação em maio de 2007, através do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Rede - SMAR, que proporcionará uma análise comparativa e avaliativa entre o resultado da Prova Brasil e os alunos da rede municipal de ensino.

A implementação e manutenção da proposta pedagógica é também um dos itens avaliados, bem como o projeto MAIS, responsável pelo reforço escolar dos alunos que necessitam e pela substituição do professor em sala de aula para que eles possam participar da formação continuada na escola.

Em seguida, apresentamos, de forma resumida, as principais ações envolvidas, estabelecendo uma lógica entre cada uma delas e o resultado esperado.

Figura 2 – Lógica da ação



---

### O que foi avaliado pelo TCE-PE

A auditoria subdividiu sua análise em três questões buscando avaliar: se os mecanismos de controle existentes nas escolas e na Secretaria de Educação são adequados para o gerenciamento administrativo do Ensino Fundamental nas escolas da Prefeitura da Cidade do Recife; de que modo o sistema de avaliação de aprendizado dos alunos auxilia a gestão do Ensino fundamental (1º e 2º ciclos); e por fim buscou verificar em que medida a formação continuada é adequada às necessidades dos professores do 1º e 2º ciclo do ensino fundamental da PCR.

---

### Porque foi avaliado

A Constituição Federal estabelece que o ensino fundamental deve ser oferecido primordialmente pelos governos municipais, o que atribui à Prefeitura do Recife a responsabilidade no processo de educação dos alunos do município desse nível educacional, realizado através da ação Universalização e Qualificação do Ensino Fundamental. Por considerar os primeiros anos da educação decisivos ao desenvolvimento educacional, e, tendo em vista a abrangência do Programa, esse trabalho teve como foco o 1º e 2º ciclo do ensino fundamental, ou seja, da alfabetização e à antiga 4ª série.

O objetivo geral do programa é Assegurar na rede municipal de ensino a realização de processos de educação de qualidade, visando o desenvolvimento humano e social das pessoas, promovendo a sustentabilidade da inclusão social e participando da construção de uma sociedade justa e igualitária.

Os recursos destinados ao Ensino Fundamental revelam a importância do tema para a gestão municipal, pois as avaliações do ensino fundamental brasileiro apontam que o país está longe de atingir padrões de qualidade.

Em 2005, o Governo Federal realizou a Prova Brasil, destinada a avaliar, sob alguns aspectos, a qualidade do ensino fundamental no país. Nesse exame nacional, houve a participação de 139 escolas municipais do Recife. Os resultados das capitais nacionais apontam o Recife como de pior desempenho, tanto em português como em matemática, na 4ª série.

### Como se desenvolveu o trabalho

O trabalho se desenvolveu através de realização de visitas exploratórias, visitas de estudo, pesquisa via *internet* e pesquisas documentais. As principais fontes de informação foram entrevistas aplicadas aos gestores da Secretaria de Educação do Recife e questionários aplicados aos diretores das escolas, coordenadores pedagógicos, professores e pais de alunos.

Foram realizadas reuniões com as equipes da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Acompanhamento e Avaliação Educacionais e seus respectivos gerentes, ocasiões em que houve a aplicação de técnicas de diagnóstico e a realização de entrevistas. Foram realizadas também entrevistas com especialistas em educação.

Foram realizadas visitas de estudo onde foram aplicados questionários com diretores, coordenadores e professores e também com os pais de alunos. Ao todo foram visitadas 36 escolas, 6 em cada uma das 6 regiões político-administrativas, RPA. O critério de escolha das escolas a serem visitadas foi as 3 melhores e as 3 piores escolas de cada RPA, conforme os seus desempenhos na Prova Brasil.

### Recursos despendidos com a Ação

Nos exercícios de 2006 e 2007, em termos de materialidade, foi despendido com a ação “Universalização e Qualificação do Ensino Fundamental, na Secretaria de Educação do Recife, os seguintes valores em reais:

	2006	%	2007	%
Secretaria Educação do Recife	292.167.195,00	100	336.529.510,00	100
Programa Organização Eficaz do Ensino e da Aprendizagem	151.504.625,00	51,86	172.170.665,00	51,16
Ação Universalização e Qualificação do Ensino Fundamental	141.397.625,00	48,40	169.779.747,00	50,45

Fonte: Lei Orçamentária Anual-LOA.

A ação avaliada representa 48,40% e 50,45% do orçamento da SEEL em 2006 e em 2007, respectivamente.

## O que o TCE-PE encontrou

### Monitoramento da gestão escolar durante o mandato do diretor

Os mecanismos de controle existentes na SEEL são insuficientes para monitorar a gestão escolar durante o mandato do diretor. Foi verificada a existência de problemas como alunos sem aula em razão de: professor faltoso, professor em licença médica, professor em licença TRE e professores sem capacitação continuada na escola em razão de estagiários faltosos.

Observou-se que a SEEL não dispõe de relatórios gerenciais sistematizados que consolidem e divulguem informações importantes da gestão escolar como: frequência de professores, frequência de alunos, quantidade de afastamentos por licença médica, número de estagiários em relação à necessidade da escola, número de alunos por turma que precisam de reforço escolar, número de turmas sob a responsabilidade permanente de estagiários, escolas sem coordenadores pedagógicos nos dois turnos. Apesar de algumas dessas informações serem enviadas pelas unidades escolares à SEEL, estas não conseguem utilizá-las como instrumento gerencial, ou seja, transformando os dados em informações.

A SEEL não se beneficia de indicadores de desempenho para o monitoramento das escolas municipais, não propiciando uma visão global da rede municipal. Com isso há dificuldade de, a partir da visão geral da rede, identificar problemas macro, comuns a várias unidades, que podem indicar a necessidade de mudanças no desenho ou operacionalização do programa.

### Avaliação e acompanhamento dos Projetos Políticos Pedagógicos por parte da Secretaria de Educação do Recife

A avaliação e o acompanhamento dos PPPs das escolas são insuficientes por parte da SEEL. A Diretoria de Ensino é responsável pela aprovação e pela supervisão da implantação do projeto, além de ter um papel de orientação e de definição de conteúdos que devem constar no PPP.

Até outubro de 2007, foi observado que muitas escolas não haviam mandado seu PPP à SEEL. Entretanto, em visitas às escolas foram verificados casos de escolas que mesmo tendo enviado os PPPs no início do prazo, ainda não tinham recebido qualquer retorno da SEEL.

Em pesquisa de campo, foi realizada entrevista com servidores responsáveis pela avaliação dos PPPs na Diretoria de Ensino, os quais informaram que aproximadamente 50% do total das escolas ainda não haviam entregado os PPPs de 2007, e que também a SEEL nem sempre retorna a análise e os ajustes do PPP rapidamente. Ainda foi informado que a SEEL não acompanha a implementação dos PPPs nas escolas, apesar das escolas receberem visitas de inspeção com outros focos de análise.

Essa situação evidencia uma falha no processo de implementação de uma política eficaz de monitoramento e controle e que os PPPs não estão sendo utilizado como instrumento de definição e acompanhamento de metas locais, nem como um meio de avaliação da gestão. Observa-se, ainda, que, sem as peças ajustadas pela SEEL, pode haver falta de foco no cumprimento das metas, além da falta de unidade de trabalho entre as escolas municipais e que, sem o acompanhamento nas escolas, não há a garantia da implementação do PPP.

---

### Avaliação dos alunos por parte dos professores

Foi constatado que a avaliação dos alunos realizada pelos professores não tem conseguido retratar o nível de aprendizado dos alunos. A dificuldade para avaliar foi confirmada na pesquisa de campo, onde 41% dos professores que responderam aos questionários declararam não se sentirem preparados para avaliar os alunos e que 57% dos professores que responderam sentirem-se preparados, relataram algum tipo de dificuldade para fazê-lo. Além disso, 89% declararam que gostariam que o tema “avaliação dos alunos” fosse abordado nas formações continuadas.

Vários professores consideram que as competências a serem avaliadas são muito amplas, o que as torna complicadas e vagas, pois agregam vários itens que poderiam ser separados, mas que são avaliados em conjunto. Isso dificulta a avaliação uma vez que alguns desses itens

são construídos - aprendidos - e outros não e nesses casos, especialmente quando precisam decidir pela retenção ou não do aluno, os docentes ficam sem saber como proceder. Também foi apontado pelos professores que a existência apenas das faixas competência construída - CC e competência em construção - EC dificulta o processo de acompanhamento dos alunos, pois não reflete os diferentes níveis de aprendizado numa mesma sala de aula, já que, por exemplo, um aluno que conhece algumas letras e outro praticamente alfabetizado estão ambos na faixa em construção.

Como consequência, evidencia-se a possibilidade das avaliações não representarem o nível de aprendizado dos alunos e de prejuízo na adoção de medidas reparatórias, além da aprovação de alunos sem competências construídas (no 3º ano do 1º ciclo, 1.3).

---

### Retenção dos alunos

Verificou-se que a existência de diferentes níveis de aprendizado dos alunos numa mesma turma tem dificultado o cumprimento do conteúdo programático e o aprendizado dos alunos.

Através da aplicação de questionários, 75% dos professores disseram que não conseguiam cumprir o conteúdo programático definido e 51% destes professores apontaram a existência de diversos níveis de aprendizado ou o baixo nível geral da turma como os principais fatores para que o conteúdo programático não seja cumprido. Eles declararam não conseguirem trabalhar realidades tão diferentes em uma mesma sala de aula.

Quando da adoção da organização do aprendizado em ciclos, a SEEL optou por restringir a retenção dos alunos a dois momentos: ao final das séries 1.3(1º ciclo) e 3.2(3º ciclo), que correspondem, respectivamente, às antigas 2ª e 6ª séries - com exceção da retenção por falta, que é possível em qualquer etapa - possibilitando ao aluno progredir mesmo sem adquirir as competências previstas para o ciclo.

A não retenção ao final do 1º ciclo gera problemas para os alunos com dificuldade, pois sofrerão ano após ano com a ampliação da defasagem real da série, haja vista que, não tendo assimilado os conteúdos básicos, dificilmente conseguirão avançar no aprendizado. Além disso,



para os alunos que já construíram as competências das séries anteriores, pois fica difícil essas crianças evoluírem no seu aprendizado já que não têm acesso ao conteúdo da série correspondente, mas, ao contrário, ficam revendo os mesmos assuntos.

---

### Formação continuada para todos os professores da rede

As capacitações que ocorrem diretamente na escola não estão ocorrendo em todos os turnos, havendo, inclusive, escolas nas quais não há formação continuada em nenhum horário. Desta forma, a Secretaria de Educação não está disponibilizando uniformemente e equitativamente a possibilidade de formação a todos os professores da rede.

Os professores apontaram duas condições que estão dificultando a realização de formações continuadas nas escolas. Uma delas é que algumas escolas não dispõem de coordenador pedagógico, responsável pela formação continuada nos dois turnos. Com isso os professores do outro turno não têm acesso à capacitação no horário de aula. Essa situação não aparece como exceção, mas como um problema de alta proporção já que 43,9% dos professores pesquisados informaram que em sua escola a formação continuada só está ocorrendo em um dos turnos. A outra é a falta de substitutos para os professores nos dias em que estes participam de formação continuada. Os professores se queixam da insuficiência e mesmo inexistência de estagiários para assumirem as turmas durante a capacitação.

A ausência da formação continuada compromete a efetividade da implementação da política pedagógica, haja vista que esta pressupõe professores permanentemente capacitados, acompanhados e dividindo experiências com os demais colegas para a construção desse novo modelo de ensino.

---

### Mecanismos de controle da Secretaria de Educação do Recife para monitorar as formações continuadas nas escolas

Os mecanismos de controle da Secretaria de Educação não são suficientes para monitorar a realidade da formação continuada nas escolas

quanto à carga horária, regularidade dos encontros e conteúdo ministrado.

O planejamento e a execução das formações são descentralizados em cada escola, ficando sob responsabilidade dos respectivos coordenadores pedagógicos. Esse procedimento tem como justificativa as características de cada unidade de ensino e as necessidades específicas de seus professores frente às suas formações e às realidades encontradas em sala de aula.

Foi constatada, junto à Diretoria Geral de Ensino, que a informação sobre os encontros de formação realizados em 2007 estava incompleta e foi solicitado ampliação do prazo para que o formulário “Fichas de acompanhamento do Pró-Letramento nas escolas” fosse preenchido e atualizado. Isso significa que a Secretaria recebe essa informação, pois os coordenadores enviam as datas das formações e o nome da disciplina, entretanto elas não são suficientes para o acompanhamento do conteúdo pedagógico que está sendo ministrado, haja vista que só é informada a disciplina, português ou matemática, não havendo detalhamento. Também não é promovido um acompanhamento desse conteúdo no sentido de traçar um perfil dessas necessidades, bem como verificar a qualidade dessas formações. Outro aspecto evidenciado é que as informações existentes não estão sendo usadas como instrumentos gerenciais, haja vista que não são aproveitadas como instrumentos para diagnóstico e correções de ações.

A inexistência de instrumentos de monitoramento para a formação continuada dificulta a identificação de problemas e a disponibilização de ações reparadoras em tempo hábil, além de dificultar a avaliação dos seus resultados.

---

### O projeto MAIS como espaço complementar de aprendizagem

O projeto MAIS, responsável pelo reforço escolar dos alunos, não está conseguindo promover os espaços complementares de aprendizagem previstos pela Secretaria de Educação como condição para que a organização da aprendizagem em ciclos seja realizada com sucesso.

A comparação entre a concepção da organização da aprendizagem em ciclos e a forma desenhada para a atuação do projeto MAIS de-

monstra que esta não promove o apoio e o acompanhamento necessários para os alunos da rede municipal.

Os alunos não recebem espaços complementares para que com um tempo extra e novas formas vivenciem a reconstrução do processo, mas são separados dos demais colegas para, durante o horário de aula, eles serem assistidos por estagiários. Dessa forma, eles não recebem um horário extra e ainda são privados das aulas que estão sendo ministradas, que, considerando que já são alunos com dificuldade de aprendizagem, pode comprometer a sua assimilação posterior desses novos conteúdos.

O projeto não considerou as limitações de espaço das escolas para a realização dessas atividades no horário de aula, não representando uma solução que atenda a toda à rede, mas apenas à parte dela. Um exemplo disso foi encontrado em uma das escolas visitadas durante o processo de avaliação, onde não existe um local específico para o reforço, e o estagiário fica em sala de aula dando um apoio ao professor de forma assistemática desvirtuando a razão de ser da sua contratação.

E ainda, o projeto não é objeto de monitoramento por parte da SEEL, razão pela qual seus resultados parciais não estão quantificados.

Também foram identificados problemas no que se refere à operacionalização do projeto MAIS.

Os estagiários não atendem em quantidade e em qualidade às necessidades da rede. Para 69,4% dos diretores e 83,3% dos coordenadores pedagógicos pesquisados, o MAIS não atinge os objetivos a que se propõem e os estagiários são apontados como a condição decisiva para esse baixo desempenho.

Outro fato é que os estagiários têm dificuldade em lidar com os alunos. Esse problema foi relatado por vários professores durante a resposta ao questionário e as queixas referem-se tanto ao despreparo para lidar com os alunos, considerando os diferentes perfis, necessidades e comportamentos, como a lacunas quanto à formação desses estagiários no que se refere ao domínio de conteúdos.

A não disponibilização efetiva pela SEEL dos espaços complementares de aprendizagem, previstos quando da adoção do sistema de ciclos, impede que os alunos com dificuldade disponham de mecanismos que permitam melhorar o desempenho escolar, comprometendo a vida escolar deste já que – em não havendo retenção – ele chegará ao

final do 1º e/ou 2º ciclos com um passivo de competências não construídas que terá já influenciado a construção de novas competências e que gerará no futuro um processo doloroso de “resgate” e de preenchimento dessas lacunas.

---

### Apoio pedagógico aos professores

Foi constatado que parte dos professores do 1º e 2º ciclos não estão recebendo acompanhamento pedagógico por parte do coordenador.

Em resposta as perguntas do questionário relativas ao acompanhamento pedagógico, 42,5 % dos professores e 50% dos diretores pesquisados afirmaram que não contam com coordenadores pedagógicos nas suas escolas pela manhã. Também foi afirmado por 31,5 % dos professores e 25% dos diretores pesquisados que não contam com coordenadores pedagógicos nas suas escolas durante o período da tarde.

No que se refere à existência de coordenador pedagógico nas escolas, apenas 47,9% dos professores as recebe em todas as manhãs e 53,4% tem todas as tardes. Isso significa que alguns docentes simplesmente não têm em nenhum dia da semana assistência do coordenador uma vez que não contam com eles nem pela manhã nem à tarde. Também foi afirmado por 38,4% dos professores pesquisados que o coordenador não acompanha o conteúdo ministrado.

As atribuições dos coordenadores pedagógicos estão sendo definidas por um grupo de trabalho da Secretaria, não estando ainda, disciplinadas. Entretanto, é clara a importância de apoio aos docentes nesse processo de mudança tanto na prática pedagógica – que deve atender ao “momento” de cada aluno e buscar formas alternativas para a construção do conhecimento - quanto no acompanhamento e na avaliação dos alunos sob a perspectiva do sistema de ciclos.

A ausência de acompanhamento pedagógico, juntamente a ausência de formação continuada podem comprometer o sucesso do programa tanto no que se refere à qualidade das aulas ministradas, quanto à avaliação dos alunos realizada pelos professores.

## O que pode ser feito para melhorar o desempenho da Ação

Visando a contribuir para a melhoria do desempenho da Atividade Universalização e Qualificação do Ensino Fundamental – 1º e 2º ciclos, foram formuladas algumas recomendações, cujas principais são relatadas a seguir:

- À Secretaria de Educação da Prefeitura da cidade do Recife que:
  1. Elaborar relatórios gerenciais padronizados em cada escola que possibilite o monitoramento da gestão e a solução dos problemas;
  2. Adotar metas e indicadores de desempenho que ajudem a monitorar a gestão da escola;
  3. A partir da aferição das dificuldades enfrentadas pelas escolas para o envio dos PPPs, dar condições e cobrar para que sejam remetidos dentro do prazo pré-estabelecido;
  4. Sistematizar o calendário para a análise e aprovação dos PPPs fixando prazo para retorno às escolas;
  5. Sistematizar o calendário de visitas às escolas de forma que seja possível o monitoramento da implantação dos PPPs;
  6. Levantar com os professores quais as dificuldades encontradas para avaliar os alunos;
  7. Estudar a possibilidade de detalhar o conceito “em construção-EC”, de forma a retratar melhor a realidade de cada criança;
  8. Introduzir o tema avaliação dos alunos nas formações continuadas;
  9. Aplicar avaliação padronizada ao final de cada ciclo, a exemplo do SMAR, a fim de que seja monitorado o desenvolvimento dos alunos e a existência de alunos que não foram retidos apesar de não terem construído às competências;
  10. Realizar estudo sobre a pertinência de reter os alunos com competências não construídas também ao final do 2º ciclo;
  11. Adotar a retenção ao final do 2º ciclo, caso o estudo se mostre favorável;

12. Realizar levantamento das escolas onde não estão sendo disponibilizados para todos os professores de 1º e 2º ciclos formações continuadas, bem como das causas dessa carência;
13. Dar condições para que todos os professores participem das formações continuadas;
14. Dar condições para que as formações continuadas obedçam ao planejamento quanto à carga horária anual e à regularidade dos encontros sem que haja prejuízo para o andamento e a qualidade das aulas;
15. Monitorar as formações continuadas realizadas em cada turno pelas escolas, a fim de que se possa ter um cenário sobre: carga horária, regularidade dos encontros e conteúdos ministrados, disponibilizando ações reparadoras que evitem o prejuízo no processo de formação dos professores;
16. Promover a avaliação periódica da formação continuada objetivando aferir a percepção desta pelos professores;
17. Adequar o conteúdo das capacitações às necessidades apontadas pelos professores;
18. Criar mecanismos para que as competências não construídas de todos os alunos da rede municipal sejam trabalhadas em espaços complementares às aulas regulares, e por profissionais capacitados para atuar de acordo com a proposta pedagógica escolhida, de forma a atender ao pressuposto da organização da aprendizagem por ciclos, o qual foi adotado pela Prefeitura do Recife;
19. Monitorar as ações de reforço escolar promovidas em espaços complementares, avaliando os resultados;
20. A partir dos monitoramentos, promover os ajustes necessários para que as ações de reforço escolar promovidas em espaços complementares sejam efetivas para a construção das competências;
21. Disponibilizar o acompanhamento pedagógico a todos os professores da rede municipal de ensino de 1º e 2º ciclos.

### **Benefícios da implementação das recomendações do TCE-PE**

Os benefícios esperados resultantes do cumprimento das recomendações propostas pelo TCE-PE são os expostos a seguir:

- Apropriação de um maior número de informações sobre a rede, com identificação dos problemas;
- Identificação de problemas prioritários a serem solucionados;
- Consolidação dos PPPs como instrumento de planejamento e acompanhamento escolar;
- Melhoria das condições do professor em avaliar seus alunos;
- Diminuição dos diferentes níveis de aprendizado em uma mesma sala de aula, proporcionando ao aluno maiores condições de acompanhar a turma;
- Aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos professores da rede buscando a melhoria da qualidade do ensino;
- Melhoria da capacidade de gerenciamento das formações continuadas;
- Melhoria na construção das competências dos alunos;
- Adequação das aulas ministradas ao sistema de ciclos.

## Decisão T. C. N° 0084/09

PROCESSO T.C. N° 0701767-4  
AUDITORIA ESPECIAL DE NATUREZA OPERACIONAL  
INTERESSADA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER – SEEL DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE  
ADVOGADO:  
RELATOR: CONSELHEIRO ROMÁRIO DIAS  
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA  
DECISÃO T.C. N° 0084/09

Decidiu a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 05 de fevereiro de 2009, CONSIDERANDO que a Constituição Federal, nos artigos 70 e 71, inciso IV, combinados com o artigo 75, e a Constituição Estadual, nos artigos 29 e 30, estabelecem a fiscalização operacional da administração pública, nos aspectos da legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão pública;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, incisos XVI e XVII, artigo 3º, artigo 13, § 2º, artigo 40, parágrafo único, alínea “c”, e artigo 59, inciso II, da Lei Estadual nº 12.600/04 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; e o disposto no artigo 85, inciso II, alínea “c”, do Regimento Interno, e, ainda, o disposto na Resolução TC nº 02/2005;

CONSIDERANDO o Relatório do Monitoramento – ANOP elaborado pelos Técnicos desta Corte, bem como as justificativas apresentadas pelos Gestores,

Julgar REGULAR, COM RESSALVAS, a documentação relativa à presente Auditoria Especial de Natureza Operacional, deliberando que a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Recife adote as recomendações constantes da parte final do Relatório Consolidado -ANOP, transcritas abaixo:

- Elaborar relatórios gerenciais padronizados em cada escola que possibilite o monitoramento da gestão e a solução dos problemas;
- Adotar metas e indicadores de desempenho que ajudem a monitorar a gestão da escola;
- A partir da aferição das dificuldades enfrentadas pelas escolas para o envio dos PPPs, dar condições e cobrar para que sejam remetidos dentro do prazo pré-estabelecido;



- Sistematizar o calendário para a análise e aprovação dos PPPs fixando prazo para retorno às escolas;
- Sistematizar o calendário de visitas às escolas de forma que seja possível o monitoramento da implantação dos PPPs;
- Levantar com os professores quais as dificuldades encontradas para avaliar os alunos;
- Estudar a possibilidade de detalhar o conceito “em construção – EC”, de forma a retratar melhor a realidade de cada criança;
- Introduzir o tema avaliação dos alunos nas formações continuadas;
- Aplicar avaliação padronizada ao final de cada ciclo, a exemplo do Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMAR, a fim de que seja monitorado o desenvolvimento dos alunos e a existência de alunos que não foram retidos apesar de não terem construído as competências;
- Realizar estudo sobre a pertinência de reter os alunos com competências não construídas também ao final do 2º ciclo;
- Adotar a retenção ao final do 2º ciclo, caso o estudo se mostre favorável;
- Realizar levantamento das escolas onde não estão sendo disponibilizados para todos os professores de 1º e 2º ciclos formações continuadas, bem como das causas dessa carência;
- Dar condições para que todos os professores participem das formações continuadas;
- Dar condições para que as formações continuadas obedeçam ao planejamento quanto à carga horária anual e à regularidade dos encontros sem que haja prejuízo para o andamento e a qualidade das aulas;
- Monitorar as formações continuadas realizadas em cada turno pelas escolas, a fim de que se possa ter um cenário sobre carga horária, regularidade dos encontros e conteúdos ministrados, disponibilizando ações reparadoras que evitem o prejuízo no processo de formação dos professores;
- Promover a avaliação periódica da formação continuada objetivando aferir a percepção desta pelos professores;
- Adequar o conteúdo das capacitações às necessidades apontadas pelos professores;
- Criar mecanismos para que o conhecimento dos conteúdos programáticos não construídos, de todos os alunos da rede municipal, sejam trabalhados em espaços complementares às aulas regulares por profissionais capacitados;

- Monitorar as ações de reforço escolar promovidas em espaços complementares, avaliando os resultados;
- A partir dos monitoramentos, promover os ajustes necessários para que as ações de reforço escolar promovidas em espaços complementares sejam efetivas para a construção das competências;

Disponibilizar o acompanhamento pedagógico a todos os professores da rede municipal de ensino de 1º e 2º ciclos.

Ainda, determinar:

À Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Recife:

Remeter a este Tribunal de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, plano de ação contendo as ações, o cronograma e os responsáveis por implementar as recomendações prolatadas, conforme Resolução TC nº 02/2005.

À Diretoria de Plenário deste Tribunal:

Encaminhar cópia desta decisão e do Relatório Consolidado-ANOP à Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Recife e à Gerência de Controle Interno da Prefeitura do Recife;

Encaminhar cópia desta decisão para subsidiar o julgamento da prestação ou tomada de contas do exercício financeiro de 2007, na forma dos artigos 6º e 8º da Resolução TC nº 014/2004;

Encaminhar este processo à Coordenadoria de Controle Externo para a realização de monitoramento;

Encaminhar cópia dos presentes autos ao Ministério Público de Contas a fim de que seja encaminhada ao Ministério Público Estadual para as providências cabíveis.

**REPUBLICADA POR HAVER  
SAÍDO COM INCORREÇÃO.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Rua da Aurora, 885 - Boa Vista  
CEP: 50.050-910, Recife - PE, Fone: (81) 3181-7600

Entre em contato com o TCE-PE pelos correios eletrônicos:  
[ouvidoria@tce.pe.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.pe.gov.br) ou [anop@tce.pe.gov.br](mailto:anop@tce.pe.gov.br)

Encontre este resumo e o relatório na íntegra  
desta avaliação no endereço eletrônico:  
***<http://www.tce.pe.gov.br>***